

## 50º Aniversário da Promulgação DA CRP

No passado 2 de abril celebrámos os 50 anos da promulgação da Constituição da República Portuguesa e o papel decisivo que Costa Gomes teve na sua promulgação sob o mote de



Primeiro no auditório 5 do ISEG que ficou superlotado.



Depois, na concentração junto à escadaria de acesso à Assembleia da República local centenas de pessoas aprovaram o Apelo que pode ser lido em baixo



Oportunamente daremos notícia da possibilidade de aceder à gravação da iniciativa e do livro que a Comissão Organizadora se propõe editar.

### **APELO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM DEFESA DA CONSTITUIÇÃO**

Senhores Deputados,

Passam hoje 50 anos sobre a histórica promulgação da Constituição da República Portuguesa de 1976.

Aprovada por esmagadora maioria da Assembleia Constituinte que resultou das primeiras eleições verdadeiramente democráticas realizadas em Portugal, por sufrágio direto e universal, e que contou com a participação de mais de 92% dos cidadãos eleitores inscritos, a Constituição interpretou de forma sublime a vontade do povo português de construir uma sociedade livre, justa e solidária, fundada no respeito pela dignidade da pessoa humana.

O regime de democracia política, económica, social e cultural que a Constituição consagra é um testemunho dos valores da revolução democrática de Abril de 1974 e é uma referência para o presente e para o futuro de Portugal.

A defesa dos valores do Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais; a defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos internacionais; a subordinação do poder económico ao poder político democrático; os direitos individuais e coletivos; o direito ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à justiça, à segurança social e à habitação, são valores que a Constituição consagra e que no tempo presente importa afirmar e defender.

Existe hoje na sociedade portuguesa uma grande insatisfação quanto ao grau de efetivação de direitos sociais fundamentais, nomeadamente no que se refere aos direitos dos trabalhadores e no acesso a direitos sociais fundamentais. Essa insatisfação não resulta da Constituição, mas precisamente do seu incumprimento por parte do poder político, assumindo aqui a Assembleia da República uma enorme responsabilidade.

50 anos passados sobre a aprovação da Constituição da República Portuguesa, apelamos à Assembleia da República para que evite qualquer processo de revisão constitucional que possa subverter ou desvirtuar alicerces do regime democrático que o povo português conquistou com a revolução de abril e que assuma a responsabilidade de cumprir a fazer cumprir a Constituição, de afirmar no presente e de projetar no futuro de Portugal os princípios democráticos nela consagrados.

Apelamos a todos os democratas que se unam na exigência de, sem tibiezas, fazer cumprir a Constituição da República o garante da defesa do regime democrático.